
Democracia em tempos de bárbarie: a desigualdade social e a educação no brasil

Democracy in barbarian times: social inequality and education in brazil

Diones Bernardes dos Santos Motta¹, Pablo Silva Machado Bispo dos Santos¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo destacar como uma democracia ameaçada pode intensificar a desigualdade social em um país e comprometer a educação da atual e das futuras gerações. Para tanto, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa com base no levantamento de fontes bibliográficas primárias e secundárias que possibilita conhecer as (im)possibilidades democráticas no sistema capitalista e a compreender como é produzida a desigualdade social em um país como o Brasil, de grande dimensão territorial, marcado historicamente por uma má distribuição de renda. A tônica da discussão é voltada para a onda da bolsonarização instaurada no Brasil, de forma mais acentuada, a partir das eleições de 2018, levando ao Planalto um presidente de extrema direita, conservador, autoritário e que se apresenta como uma ameaça para a democracia do país. Nesta análise teórica e empírica, é possível identificar um Brasil ainda mais desigual, rendido a um sistema de estratificação social que desprestigia e desfavorece a educação básica e superior do país.

Palavras-chave: democracia; desigualdade social; educação.

ABSTRACT

This article aims to highlight how a threatened democracy can intensify social inequality in a country and compromise the education of current and future generations. In order to do so, a qualitative research method was used, based on the survey of primary and secondary bibliographic sources, which makes it possible to know the democratic (im)possibilities in the capitalist system and to understand how social inequality is produced in a country like Brazil, of great territorial dimension, historically marked by a poor distribution of income. The tonic of the discussion is focused on the wave of Bolsonaroization established in Brazil, in a more accentuated way, from the 2018 elections, taking to the Planalto a president of the extreme right, conservative, authoritarian and that presents itself as a threat to the democracy of the country. parents. In this theoretical and empirical analysis, it is possible to identify an even more unequal Brazil, surrendered to a system of social stratification that discredits and disfavors the country's basic and higher education.

Keywords: democracy, social inequality, education.

¹ Universidade Federal Fluminense. E-mail: dionesmotta@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Como forma de dar início às discussões abertas por esse trabalho de reflexão, pesquisa e crítica social, trazemos a seguir uma citação que introduz o leitor ao mote principal do que pretendemos debater:

A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país, tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos, fraquíssimos. E tudo o que está fraco, morre um dia.
(Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, 1960)

Nada mais atual que iniciar a escrita deste artigo com a escritora, compositora e poetisa brasileira, Carolina Maria de Jesus, Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mesmo nascendo no município de Sacramento², do estado do Minas Gerais, foi na favela do Canindé, localizada na Zona Norte de São Paulo, vivendo como catadora de lixo para sustentar a si mesma e seus três filhos, que Carolina Maria de Jesus passou a maior parte de sua vida. Em 1958, já adulta e mãe, teve seu diário publicado sob forma de livro, chamado de “*Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*”. Na obra, Carolina Maria de Jesus faz uma denúncia grave a partir da sua fome, retrato de um Brasil desigual, marcado pela extrema pobreza e analfabetismo. Negra, filha de pais analfabetos e com apenas o 2º ano primário (Ensino Fundamental I Segmento), a escritora, compositora e poetisa, no livro Quarto do Despejo: Diário de uma Favelada, como descreve a epígrafe, faz um alerta para o enfraquecimento da democracia e sua possível extinção, utilizando como cenário e ponto de práxis o contexto em que ela e milhares de pessoas viviam naquela época.

Passados mais de sessenta anos do livro Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, após significativos avanços sociais, culturais e nas próprias políticas públicas de maneira geral, mesmo que, ao longo dos anos tenha sofrido descontinuidades políticas (VIEIRA, 2007), o que se vive no Brasil hoje é uma situação tão grave quanto àquela, ou até pior.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no Brasil ficou em 14,1% no 2º trimestre de 2021, atingindo 14,4 milhões

² Sacramento é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, na microrregião de Araxá. Localiza-se a uma latitude 19°51'55" sul e a uma longitude 47°26'24" oeste, estando a uma altitude de 832 metros. Sua população estimada em 2019 (segundo o IBGE) era de 26 185 habitantes. Possui uma área de 3.080,44 km².

de brasileiros e 5,6 milhões de desalentados. Ainda segundo o IBGE, a taxa de analfabetos no país ultrapassa 11 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever. A inflação faz com que os produtos alimentícios dobrem de preço a cada ano; o gás de cozinha aumente a cada semestre; a gasolina tenha aumentos imprevisíveis da noite para o dia; e isso são apenas alguns exemplos. Por fim, mas não menos importante, ainda vivenciamos constantes ataques ao poder judiciário, como o Supremo Tribunal Federal (STF); movimentos antidemocráticos e inconstitucionais pedindo o fechamento do próprio STF, da Câmara de Deputados, e a volta da Ditadura Civil Militar. Além disso, como exemplo mais recente, o Brasil teve que assistir à equivocada postura do presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, em relação à pandemia causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), com discursos anticiência que contrariam determinações sanitárias mundiais, contribuindo com o aumento de óbitos em decorrência do vírus.

Em tempos de barbárie, de retrocessos nas áreas sociais, de ataques à ciência, à educação e à cultura, de *fake news*, desde o período da redemocratização do Brasil, em 1985, a democracia brasileira nunca esteve tão ameaçada. Portanto, é na ausência da democracia que a desigualdade se torna ainda mais presente e a educação acaba perdendo o seu espaço privilegiado de favorecimento da transformação da sociedade.

A partir dessa contextualização, é possível identificar o enfraquecimento da democracia e a expansão e fortalecimento da desigualdade, como destacou Miguel (2012, p. 114):

O passo fundamental na conciliação entre democracia e desigualdade foi o esvaziamento do sentido da primeira, que paulatinamente se reduz a um método de escolha concorrencial dos governantes – e não mais a um “governo do povo” –, que se pode descrever como um mercado político, homólogo ao mercado econômico.

Assim, é impossível a junção ou conciliação entre democracia e governos de extrema direita, declaradamente adeptos à ideologia capitalista. A desigualdade econômica, por exemplo, torna-se um fator que impede mais políticas públicas para a sociedade, mais saúde, mais educação, mais professores e, conseqüentemente, mais alunos dentro das escolas.

Democracia, diversidade e desigualdade social no Brasil: a educação em jogo

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho

era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade. (Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, 1960)

Escrever sobre a miséria do Brasil nunca foi tão necessário desde a sua redemocratização. Essa realidade que assola milhares de famílias, hoje, é reflexo de um país que caminha a passos largos para a morte da democracia. Como Carolina Maria de Jesus, ainda se pode escrever sobre essa realidade, mesmo com constantes ameaças implícitas e explícitas do atual governo, principalmente à imprensa brasileira. A política de austeridade e retrocesso tem sido avassaladora na violação de tratados internacionais e na própria legislação brasileira. Questões relacionadas aos direitos humanos foram tiradas de pauta, a diversidade do Brasil ignorada e vilipendiada, resultando no agravamento da desigualdade social, em que a educação – que poderia ser um canal de reflexão e entendimento sobre a realidade – acaba por ser altamente criticada, alvo de cortes no orçamento e vista como inimiga do governo (DWECK, OLIVEIRA e ROSSI, 2018). Entretanto, isso é apenas a ponta do iceberg que ameaça o curso da nossa democracia.

Em uma discussão sobre gestão territorial e algumas restrições sobre o exercício da democracia no Brasil, Algebaile e Oliveira (2019, p. 09) apontam que:

No Brasil, a CF 88 é reconhecida como um marco de democratização do Estado, não apenas pela sua clara identificação de direitos sociais, mas também pela distribuição dos poderes de gestão entre os entes federados e pela instituição de mecanismos de descentralização dos processos de gestão de variadas políticas. [...] Assim, de uma constituição festejada por seu caráter municipalista e cidadão, 30 anos depois seguimos com um cenário de fracionamento e segregação em todas as esferas das políticas públicas setoriais e urbanas, bem como com um alto grau de fragmentação das práticas de planejamento, restringidas por uma espécie de autarquização das administrações públicas.

Assim, levando em consideração a vasta extensão territorial do Brasil e o quantitativo expressivo de municípios, é possível identificar que grande parte das cidades brasileiras dependem do repasse de recursos financeiros advindos da União, além da própria resistência dos governantes municipais e distorções do sentido de participação abordados pela própria Carta Magna (BRASIL, 1998). As políticas de níveis subnacionais ficam ainda mais comprometidas em seus contextos das práticas e os problemas sociais tornam-se ainda mais difíceis de serem superados. A educação, por sua vez, pouco avança no sentido da desconcentração proposto na Constituição Federal (CF). O coronelismo mantém o patrimonialismo, e a democracia, mesmo após 30 anos da

promulgação da CF, não conseguiu sair do plano utópico, afinal vivemos austeridades que impedem a democracia, como por exemplo, a racial (DWECK, OLIVEIRA e ROSSI, 2018). Como ilustração, é possível observar que os negros correspondem a mais de 70% das vítimas de mortes causadas por ações policiais. Nesse sentido, compreende-se como se configura esse cenário porque:

O elemento contudístico mais importante dessa forma política autoritária e centralizadora de Estado é que ele sempre esteve claramente a serviço de interesses privados. O fato de esse Estado ter sido muito forte e de ter aparentemente se superposto à ordem privada não anula, de modo algum, uma realidade fundamental: a de que toda essa força esteve sempre – em primeira ou em última instância, mais em primeira do que em última – a serviço de interesses estritamente privados. A primeira manifestação desse ‘privatismo’ reside no fato de que esse Estado sempre apresentou (para usar o conceito de Weber) fortes características patrimonialistas, sendo tratado na prática, pelos seus ocupantes, como propriedade pessoal, o que levou aos muitos fenômenos de nepotismo, clientelismo, corrupção etc., que todos conhecemos e que prosseguem de certo modo até hoje (COUTINHO, 2006, p. 183).

Desta maneira, levando em consideração que maior parte da riqueza mundial está concentrada nas mãos de no máximo dez pessoas e que o Brasil é um dos países com maior desigualdade social do mundo, é possível identificar um quadro que apresenta desfavorável à educação pública, colocando-a em último plano, não sendo ela interesse de suas pautas principais e vista como ameaça para a manutenção dos seus interesses privatistas e clientelistas. Assim, “o que seria do voto de cabresto se o povo pudesse ler além do que o ‘coronel’ lhe permitisse saber?” (GARCIA, 2001, p. 13).

No jogo da troca de favores, dos votos de uma família analfabeta em troca dos sacos de cimento para embolso de sua casa, a educação não tem espaço, não há discussão sobre a inclusão dos membros dessa família na política educacional. O resultado desse jogo todos os brasileiros já sabem: um alto índice de analfabetos e uma desigualdade social que impede a garantia de direitos universalmente garantidos. A democracia assume uma outra face, maquiada pelo neoliberalismo e por um estado mínimo, com interesses privatistas de cerceamento de direitos em detrimento dos interesses de um grupo seletivo de empresários. Fadados a uma exploração oculta, permeada pelo envolvente canto da sereia, há uma desigualdade e uma diversidade que não são reconhecidas e que passam a ser instrumentos essenciais para a manutenção dos que estão no poder.

A educação está em jogo e pouco ou nada é falado, quando sim, apenas para tentar achar culpados pelas suas deficiências que, com certeza, seriam sanadas com políticas e políticas preocupadas com uma educação pública, em especial, para as classes populares.

Há um apagamento da história e suas dívidas, por exemplo, com os negros, os periféricos, os subalternos e os analfabetos, que estão longe de serem pagas. Neste projeto hegemônico não há espaço para a educação, a economia mundial dita as regras de um jogo que exclui cada vez mais pessoas. Assim sendo, como destacou Garcia (2001, p. 13):

Um projeto de sociedade excludente como é o hegemônico no mundo hoje, seguido subservientemente pelo governo brasileiro e pelos partidos políticos que lhes dão suporte, não poderia criar um projeto educacional includente. Um governante que só se sente comprometido com os já incluídos, nenhuma razão teria para se preocupar com os que foram historicamente excluídos da escola. Aliás só lhe traria problema ter de se preocupar com a criação de novas oportunidades de trabalho numa sociedade de desemprego crescente. O que faria se a escola se tornasse includente e jogasse no mercado hordas de novos pretendentes numa sociedade que ele sabe ser inevitavelmente excludente, dado o modelo econômico imposto?

A resposta para a pergunta da autora é um convite à discussão que o próximo tópico traz ao abordar questões sobre a educação pública no Brasil hoje, com destaque para a escola, seus professores e alunos, tentando relacionar o que foi abordado em um nível macro, tanto na introdução quanto neste tópico. É importante trazer à baila não o conceito de sociedade em si, de maneira geral, mas quem é a sociedade brasileira nos dias de hoje, para que seja realizado um movimento teórico e empírico sobre a instituição escolar e suas implicações, estando inserida em um sistema político que produz barbárie e ameaça à democracia.

A educação pública no Brasil hoje: a escola, seus professores e alunos

Em relação a esse subitem, a presente citação ilustra o que será desenvolvido a seguir: *Quem não tem amigo, mas tem um livro, tem uma estrada. (Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, 1960).*

Conforme percebemos, Carolina Maria de Jesus sabia a importância da educação na vida das pessoas. Em o Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, a autora destaca os livros que achava no lixão. Guardava-os, realizava as leituras de cada um, fazia com que seus filhos lessem. A educação, segundo ela, abria caminhos.

Destarte, as relações sociais – travadas nos diferentes tipos de sociedade – construirão estruturas sociais que no neoliberalismo somente irão reforçar o lugar que cada um ocupa, reproduzindo o que já está posto e impedindo catadores de lixo, como Carolina Maria de Jesus, de reinventarem seus caminhos. A esse respeito, Dowbor (2017, p. 11) aponta que:

Uma governança que funcione não se constrói com ódios. Exige uma visão racional do que pode funcionar, inclusive levando em conta as irracionalidades. Vamos resolver o drama da desigualdade e das migrações construindo um muro? Um condomínio cercado chamado USA? A realidade é que o sistema herdado, o chamado neoliberalismo, já não cabe no mundo contemporâneo. O mundo precisa reinventar os seus caminhos.

A partir do pensamento de Dowbor (2017), é possível estabelecer uma relação com a atual conjuntura política do Brasil, de um governo que dissemina o ódio por meio de *fake news*, usando do autoritarismo como principal mecanismo de defesa, agindo contra o meio ambiente e retirando direitos sociais. Assim, o drama da desigualdade histórica do Brasil fica ainda mais longe de terminar, do mesmo modo, o muro entre riqueza e a pobreza fica ainda maior, fazendo com que o dinheiro não chegue àqueles que mais necessitam.

É notório afirmar que o mercado internacional, liderado nas Américas pelos Estados Unidos, não trará a solução para a desigualdade social no Brasil, muito menos para a educação das classes populares. Portanto, o neoliberalismo já infiltrou nas ideologias dos governos de diferentes países, principalmente os que declaram total apoio a esta lógica de mercado, como o atual governo do Brasil. Nesse sentido, política e economia andam juntas e acabam abandonando questões cruciais para além de uma discussão de Produto Interno Bruto³ (PIB), como distribuição de renda, saneamento básico, saúde, assistência social, habitação e a educação – assunto central da discussão deste trabalho.

Neste contexto, a educação – além de não ser valorizada, é alvo de constantes ataques significativos, como cortes de dinheiros destinados à manutenção do ensino. A escola é vista apenas como meio de reprodução do que já está posto. Não há o que fazer, o entendimento é que tem que ser assim: pobres pouco escolarizados, passando fome, necessitando de direitos básicos como moradia, correndo o risco de serem despejados de onde moram, assim como foi com a escritora Carolina Maria de Jesus, por isso a justificativa do seu livro ter como parte do título “Quarto de Despejo”.

Assim sendo, a partir do cenário apresentado no parágrafo anterior, verifica-se que a democracia fica à mercê dos interesses dos governantes que por sua vez estão alinhados com a lógica capitalista de mercado. Ao tensionar essa questão, percebe-se que

³ O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam seu PIB nas suas respectivas moedas.

a cidadania da população brasileira se encontra em uma linha tênue, pois a educação é desvalorizada, perde a sua função social e transformadora, tornando-se excludente e atendendo aos interesses de uma minoria. A esse respeito, Garcia (2001) traz a ideia de cidadania para pensar o papel da escola para as classes populares, a saber:

Estamos falando de uma cidadania que inclua o direito ao conhecimento em seu sentido mais amplo, um bem valorizadíssimo nas sociedades contemporâneas e negado à maioria da população brasileira. Nossa luta se dá no sentido de que a escola realize uma promessa que vem desde a Revolução Francesa e que, com os movimentos populares, foi se complexificando – que todos e todas tenham acesso à escola e possam ampliar e aprofundar ao máximo o conhecimento que já trazem quando nela entram e que nela seja validado este conhecimento (GARCIA, 2001, p. 24).

Na contramão ao que diz Garcia (2001), mesmo com significativos avanços na educação durante os governos do Partido dos Trabalhadores – PT (2003-2016), um cenário desfavorável à democracia vem se instaurando no Brasil, principalmente a partir de 2016, quando a então presidenta Dilma Vana Rousseff sofreu *impeachment*⁴. Assume, então, Michel Miguel Elias Temer Lulia que passa a faixa presidencial, em 2019, ao presidente eleito Jair Messias Bolsonaro. O presidente empossado assume o governo atacando massivamente a educação. Criou um discurso afirmando que um dos maiores males atuais é a forte doutrinação que as escolas e universidades vêm realizando, especialmente no governo do PT. Afirmou que as escolas brasileiras estavam realizando uma sexualização precoce dos estudantes, porém, tais discursos e afirmações não tinham sequer provas e/ou embasamentos.

Há uma mudança no foco da agenda educacional brasileira, em que questões que deveriam ser tratadas com urgência como, por exemplo, o novo Fundeb, erradicação do analfabetismo, educação em tempo integral, ampliação na oferta de vagas na educação infantil, ficaram esquecidas. O legislativo, por sua vez, apresentou-se como incapaz de solucionar os problemas e a instabilidade política criada pelo atual governo, o que

⁴ O *impeachment* de Dilma Rousseff consistiu em um processo iniciado com vistas ao impedimento da continuidade do mandato como presidenta da República Federativa do Brasil. O processo iniciou-se com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida em 15 de outubro de 2015, pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, encerrando-se no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma.

resultou em um país destrutivamente polarizado, com uma crise econômica avassaladora, reforçando ainda mais a desigualdade social e a exclusão daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, favorecendo o desemprego e, conseqüentemente, o empobrecimento de grande parte da população brasileira.

Destarte, para superar este projeto de barbárie, é preciso que se desenvolva “o movimento real que supera o estado atual das coisas” (MARX & ENGELS, 1998, p. 32), por meio das lutas populares brasileiras em vista de suas libertações e conquista da hegemonia. Com isso, por meio de uma práxis, a escola, seus professores e alunos, assumem um caráter político-pedagógico que favorece a democracia e reduzem a desigualdade social. Em um trabalho que discutiu a educação pós Auschwitz, Adorno (1986) apresenta um cenário de como a educação, exclusivamente interessada com a racionalidade técnica, sem considerar valores humanistas e relacionados à democracia, pode favorecer a barbárie e não a emancipação, em especial, da classe trabalhadora.

Com um arrocho fiscal que degrada a educação, a saúde, o meio ambiente, a assistência social e outros serviços essenciais, o Brasil segue a passos largos para uma barbárie, sem considerar o que nos convoca o parágrafo anterior. O cenário atual não é favorável e é uma ameaça à tão já frágil democracia brasileira. Outros interesses capitalistas estão em jogo e a educação, por sua vez, não tem outro espaço e/ou papel a não ser o de mera reprodutora do próprio sistema. Portanto, segundo Miguel (2012, p. 110):

A junção entre capitalismo e democracia envolve a acomodação entre esta última e a desigualdade econômica. A capacidade de mobilização e de influência política está ligada ao controle de recursos materiais; sua distribuição excessivamente assimétrica viola o princípio de igualdade política que é básico na democracia.

Em um governo de ultradireita, negacionista, com projetos conservadores e de desmonte da educação pública, tanto no nível básico quanto no superior, democracia nunca combinaria com estes objetivos, principalmente por atenderem a lógica do mercado. “Só por mágica os dois mecanismos podem levar a um mesmo resultado” (Przeworski, 1995 [1990], p. 7). Como resultado disso tudo, configura-se um cenário desolador de intensificação da desigualdade social em um país que, em sua história, já apresenta indicadores de desigualdades alarmantes, com ausência de políticas capazes de equacionar o problema.

É fato que os bárbaros sempre estiveram entre nós: no período da escravidão, na Ditadura Civil Militar, entre outros períodos da história do Brasil. Contudo, cabe problematizar uma guinada da sociedade brasileira para um retrocesso, principalmente pós-democratização, o que é preocupante, tratando-se da formulação e execução de políticas públicas de Estado. Semeraro (2007), em uma discussão sobre libertação e hegemonia, trazendo Paulo Freire e Antonio Gramsci para falar sobre a democratização do Brasil, traz importantes pistas para pensarmos os problemas da democracia enfrentados pela sociedade brasileira. A saber:

Sim, no Brasil as ideias de “libertação” haviam fermentado nos movimentos, na igreja, nos sindicatos, nas periferias, no campo, na educação e na cultura popular. Mas ainda não haviam enfrentado o problema do Estado e, conseqüentemente, da organização da “sociedade política” e da conquista da hegemonia na “sociedade civil” (SEMERARO, 2007, p. 101).

Destarte, sem um enfrentamento aos bárbaros, da chamada “sociedade política”, a própria sociedade civil ficará sem lutar contra o que mais a afeta, auxiliando direta ou indiretamente para a própria manutenção do poder do homem branco, rico, que ocupa a condição de explorador. Do período em que Semeraro (2007) se refere, até os dias de hoje, pode-se verificar a perpetuação do comportamento dos explorados. É preciso acrescentar que há um diálogo necessário e proveitoso na esquerda brasileira, porém ele ainda está enclausurado e falando sempre para as mesmas pessoas/instituições. A hegemonia da sociedade civil não pode e não é isso; e se o pensamento de diálogo não mudar, o Brasil continuará rendido aos slogans de campanhas eleitorais que usam o nome de Deus de maneira apelativa, sem precisar de mais que oito segundos de campanha televisiva para chegar ao Palácio do Planalto, como aconteceu com Jair Messias Bolsonaro. A crise política já instaurada no Brasil deu o tom que a campanha do então presidenciável precisava para vencer as eleições. Porém, hoje, o que vemos é um agravamento de uma crise de raízes coloniais. Uma volta a um passado não tão distante, ou melhor, ao passado que não passou, e que reforça um Brasil para poucos, que nega as diferenças e que exalta um pensamento único e violento.

A Escola, seus professores e alunos foram os principais alvos do atual governo ainda na campanha eleitoral, em 2018. Antes mesmo de assumir o Ministério da Educação, em 07 de novembro de 2018, em sua rede social, Ricardo Vélez Rodríguez afirmou que os estudantes brasileiros são:

Reféns de um sistema de ensino alheio às suas vidas e afinado com a tentativa de impor, à sociedade, uma doutrinação de índole cientificista e enquistada na ideologia marxista, travestida de revolução cultural gramsciana, com toda a coorte de invenções deletérias em matéria pedagógica como a educação de gênero, a dialética do nós contra eles em uma reescrita da história em função dos interesses dos denominados intelectuais orgânicos, destinada a desmontar os valores tradicionais da nossa sociedade, no que tange à preservação da vida, da família, da religião, da cidadania, em suma, do patriotismo (Revista VEJA, on-line)

A fala do então indicado a Ministro da Educação, além de falaciosa, expressa a ideia da Escola Sem Partido⁵ e de uma agenda ainda mais conservadora para educação brasileira. Alguns professores que pesquisam a temática, como Fernando Pena, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), alertam para a intensificação desses discursos e a ameaça que eles apresentam à democracia brasileira. Como resultados já esperados, o Brasil vive um período de desprestígio e de uma democracia que ainda sobrevive em meio à barbárie, contribuindo para o aumento da desigualdade social e mostrando uma educação cotidianamente atacada, tornando-se o principal alvo do governo.

A então catadora de lixo, Carolina Maria de Jesus, em seu livro ‘Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada’ (1960, p.60) afirma que, “Quem inventou a fome são os que comem”. É possível concordar com a escritora, compositora e poetisa, acrescentando que o interesse do atual governo é uma sociedade sem direito à educação, pois ela é o principal meio para mudar o mundo. Neste cenário, é necessário que escola, professores, alunos, nós, pratiquemos uma “Pedagogia da Esperança”, como destacou Freire (1997, p. 23):

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵ O Programa Escola sem Partido, ou apenas Escola sem Partido, é um movimento político que visa a avançar uma agenda conservadora para a educação brasileira. Ganhou notoriedade em 2015 desde que projetos de lei inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas pelo país, bem como no Congresso Nacional.

Em uma democracia em risco, a educação é um dos principais alvos de ataque e disputa; no Brasil não é diferente. Assistimos, de forma mais contundente e ameaçadora desde 2018, com a campanha para presidente da república e a eleição de Jair de Messias Bolsonaro, discursos inflamados que representam retrocessos para diversos setores da sociedade brasileira, em especial, os ligados ao combate à desigualdade social, entre eles a educação.

À guisa de conclusão, fica claro que uma democracia, em tempos de barbárie, é limitada e fadada ao enfraquecimento, o que pode prejudicar e ameaçar a existência de movimentos sociais e até mesmo a tentativa de criminalizá-los, como é possível perceber no Brasil. Ataques às minorias sempre serão uma via de fácil entrada, como os LGBTIs; as Mulheres; o Movimento Negro; o Movimento dos Sem Terra; entre outros. As Instituições de Ensino, sejam elas básicas ou superiores, passam a ser monitoradas, sofrendo todos os tipos de tentativa de interferência e cortes no orçamento. Com as *fakes news*, a tentativa de enganar a sociedade com taxas de desmatamento e desemprego, que não correspondem com a realidade, acabam sendo comuns e as crises diplomáticas com outros países tornam-se inevitáveis.

A consequência disso tudo é a pobreza, a fome e até a morte, como está sendo visível neste período de pandemia, em que a inércia do governo resultou no atraso de vacinas que poderiam ter evitado a morte de milhares de pessoas. Cabe destacar, que no cenário crescente da desigualdade social, os que mais sofrem com a pandemia são os pobres, pois são eles que estão dentro da favela, que estão desempregados, que ficaram sem a alimentação da escola e que ficaram jogados à própria sorte para receber tardiamente algum auxílio do governo.

A educação, mesmo agonizando, ainda é a esperança viva de uma país que, democraticamente, vem sofrendo retrocessos seculares. A via de superação da desigualdade social passa pela escola, na prática do professor que forma o seu aluno para o exercício pleno da sua cidadania, favorecendo, assim, a construção da democracia do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988, de 05 de outubro de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

Acesso em: 25 out. 2021.

COUTINHO, C. N. **O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas.** In: Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2006. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_5.pdf.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro. **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil.** São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, agosto de 2018.

DOWBOR, Ladislau. **A era do Capital Improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FREIRE, P. (1997). **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** 4ª ed. (1ª edição: 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GARCIA, Regina Leite. **Novos olhares sobre a alfabetização.** In: GARCIA, R.L. Novos olhares sobre a alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PIB, Contagem da Taxa de Desemprego e Analfabetismo no Brasil.** 2021. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 24 out. 2021.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** 6ª Ed. São Paulo: Editora Paulo de Azevedo, 1960.

MARX, K. & ENGELS, F. 1998. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e sociedade de classes.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, n°9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 93-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/04.pdf>.

PRZEWORSKI, Adam (1995 [1990]). **Estado e economia no capitalismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Revista VEJA. Brasil. Editora Abril, Edição 2145, de 23 nov. de 2018. **Entrevista com Ricardo Vélez Rodríguez**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/>. Acesso em: 03 de nov. de 2021.

SEMERARO, G. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 29, p. 95-104, nov. 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília, DF: Líber Livro, 2007.

Recebido em: 08/01/2022

Aprovado em: 10/02/2022

Publicado em: 14/02/2022